

## APRESENTAÇÃO

Honra-me o Professor e Juiz Federal Frederico Koehler, Diretor da Revista da Seção Judiciária de Pernambuco, com o convite para apresentar esta edição do nosso periódico, que chega ao seu nono ano de atividades contínuas e ininterruptas.

A primeira reflexão que nos vêm à mente consiste nos motivos que levaram o Judiciário a editar uma revista jurídica e, *a fortiori*, um periódico científico, tarefa que caberia, em princípio, às Universidades e aos centros de pesquisa. Haveria, no caso, “violação ao princípio da separação de Poderes”? Estaria o Judiciário se imiscuindo em atividades alheias à sua missão institucional, esquecendo-se do antigo adágio latino que recomenda ao sapateiro não ir além dos sapatos (“*ne sutor ultra crepidam*”, do qual extraímos o adjetivo “ultracrepidário”, aplicável a quem excede os limites de sua expertise)?

Penso que não. A própria missão do Judiciário foi revista nas últimas décadas, esvaindo-se a antiga noção de uma estrutura voltada apenas à decisão de conflitos, para uma nova visão, que o identifica como instituição destinada a resolver conflitos com Justiça e a promover a paz social. Resolver conflitos com Justiça e promover a paz social não se faz apenas mediante processos adjudicatórios (ou seja, que visam a atribuir bens jurídicos a quem venha a ser considerado titular de direitos, após decisão proferida pelo terceiro imparcial), mas pelo estímulo à reconciliação, à harmonização de interesses e à prevenção de novos litígios.

A missão do Judiciário não prescinde, portanto, de um contínuo processo de comunicação com a sociedade e com as demais instituições, evitando-se a adoção de uma postura distante, alheia à realidade que nos circula. A revista jurídica, ao seu turno, é mais um canal, um instrumento de comunicação possível, no qual os magistrados, servidores e demais atores deste processo recebem os influxos dos estudos realizados além portas e divulgam os seus próprios estudos, em uma importante troca de conhecimentos.

Se nenhuma instituição detém soberanamente o conhecimento científico, são necessárias diversas vozes para que se aprofundem os debates e se aperfeiçoe o sistema de distribuição de Justiça. Como na antiga ideia de Universidade, que pressupõe universidade de conhecimentos, dependemos do diálogo e não da sobreposição de monólogos, dependemos da crítica e não da mera repetição de saberes. E a voz da Seção Judiciária de Pernambuco permanece avalizada

pela boa produção de seus integrantes, à qual se somam as demais vozes que contribuíram com a presente edição.

Nas palavras de João Cabral de Melo Neto, *“um galo sozinho não tece uma manhã: / ele precisará sempre de outros galos. / De um que apanhe esse grito que ele / e o lance a outro; de um outro galo / que apanhe o grito de um galo antes / e o lance a outro; e de outros galos / que com muitos outros galos se cruzem / os fios de sol de seus gritos de galo, / para que a manhã, desde uma teia tênue, / se vá tecendo, entre todos os galos”* (Tecendo a manhã, in *A educação pela pedra*, 1966).

Mais uma manhã surgiu. Parabéns aos autores, aos editores, aos membros do conselho editorial e a todos os envolvidos nesta edição.

**Francisco Antônio de Barros e Silva Neto**

Juiz Federal em Pernambuco.

Professor da Faculdade de Direito do Recife (CCJ/UFPE).